

HABEAS CORPUS Nº 515.344 - PR (2019/0167815-8)

RELATOR : **MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA**
IMPETRANTE : WILLIAN ANDERSON HERVIS E OUTRO
ADVOGADOS : WILLIAN ANDERSON HERVIS - PR073580
BARBARA LOUISE BREMM HERVIS - PR053904
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ
PACIENTE : SANDRO MORETTI JUSSELINO MANICOBA (PRESO)

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido liminar impetrado em favor de SANDRO MORETTI JUSSELINO MANICOBA, contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná (RESE n. 0000603-81.2018.8.16.0144), que deu provimento ao Recurso em Sentido Estrito interposto pelo Ministério Público estadual contra decisão que indeferiu o pedido de prisão preventiva do paciente. O acórdão foi assim ementado (e-STJ fls. 85/86):

Recurso em sentido estrito. Falsificação de documento público, uso de documento falso e estelionato (arts. 297, 304 e 171 do código penal). insurgência ministerial contra a decisão que indeferiu o pleito de prisão preventiva. acolhimento.

Recorrido que praticou novos fatos, com o mesmo MODUS OPERANDI anterior. Gravidade das condutas, praticadas contra a Administração da Justiça e de forma contínua, medida extrema que deve ser adotada para a garantia da ordem pública. Presentes os requisitos do art. 312 313 do código de processo penal. Reforma da decisão. Recurso provido para decretar a prisão preventiva do acusado. Presentes os requisitos necessários a ensejar a decretação da prisão preventiva, consubstanciados na presença do fumus comissi delicti ante a materialidade e indícios de autoria, bem assim o periculum libertatis calcado na reiteração delitiva.

Consta dos autos que o paciente foi denunciado e preso pela suposta prática dos delitos de falsificação de documento público, uso de documento falso e estelionato (arts. 297, 304 e 171, todos do Código Penal).

Na presente impetração (e-STJ fls. 3/25), a defesa alega, em síntese, a ilegalidade da decisão que decretou a prisão preventiva do paciente

diante da ausência de fundamentação concreta e idônea, bem como da falta dos requisitos legais autorizadores da medida extrema. Destaca, por fim, a presença de condições pessoais favoráveis ao acusado.

Pugna, liminarmente e no mérito, pela concessão de liberdade, mediante imposição das medidas cautelares diversas da prisão, com a expedição de alvará de soltura.

É o relatório. **Decido.**

A liminar em recurso ordinário em *habeas corpus*, bem como em *habeas corpus*, não possui previsão legal, tratando-se de criação jurisprudencial que visa a minorar os efeitos de eventual ilegalidade que se revele de pronto.

Em um juízo de cognição sumária, não visualizo manifesta ilegalidade no ato ora impugnado a justificar o deferimento da medida de urgência.

Verifica-se que os crimes supostamente praticados pelo paciente têm pena máxima cominada em abstrato superior a 4 anos, perfazendo, assim, o requisito previsto no artigo 313, I, do CPP. Em relação à existência dos requisitos previstos no artigo 312, do mesmo Código de ritos, ao menos em análise perfunctória, tal questão foi devidamente fundamentada, não se verificando a existência de ilegalidade evidente, a qual ensejaria a concessão da liminar.

Nesse sentido, o acórdão atacado (e-STJ fls. 94/95):

O pleito recursal merece ser acolhido.

Diante da gravidade e da reiteração das condutas praticadas pelo acusado, com idêntico modus operandi e ousadia, já que falsificou a assinatura de uma magistrada, com o intuito de levantar valores depositados em conta judicial, conclui-se que há fortes indicativos de que, se o acusado permanecer em liberdade, poderá novamente continuar na senda delituosa, buscando causar ainda mais prejuízos.

É certo que, segundo fundamentação do Juízo a quo, os

primeiros fatos ocorreram em 15/04/2016, entretanto, posteriormente aos fatos narrados nestes autos, o recorrido voltou a delinquir, em total desrespeito à Administração da Justiça.

Bem assim, diante da gravidade das infrações e da reiteração delitiva, no teor dos arts. 312 e 313 do Código de Processo Penal, presentes os requisitos necessários a ensejar a decretação da prisão preventiva, consubstanciados na presença do fumus comissi delict ante a materialidade e indícios de autoria, bem assim o periculum libertatis calcado na reiteração delitiva.

Sendo assim, a princípio, faz-se necessária a medida extrema para garantia da ordem pública, sendo insuficiente, ao que parece, a aplicação de medidas cautelares diversas da prisão, previstas no artigo 319 do Código de Processo Penal.

Não obstante os fundamentos apresentados pela defesa, mostra-se imprescindível uma análise mais aprofundada dos elementos de convicção constantes dos autos para se aferir a existência de constrangimento ilegal.

Vale ressaltar que eventuais condições subjetivas favoráveis, tais como residência fixa e ocupação lícita, não obstam a segregação cautelar, quando presentes os requisitos legais para a decretação da prisão preventiva.

Ademais, o pedido liminar confunde-se com o próprio mérito, o qual deverá ser analisado em momento oportuno, por ocasião do julgamento definitivo do *habeas corpus*.

Ante o exposto, **indefiro** a liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal estadual, inclusive o envio da senha para acesso aos dados processuais constantes do respectivo portal eletrônico, tendo em vista a restrição determinada pela Resolução n. 121 do CNJ.

Após, abra-se vista dos autos ao Ministério Público Federal.

Intimem-se.

Brasília (DF), 11 de junho de 2019.

Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA
Relator

